

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Talita Schneider

A SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL EM ARROIO DO TIGRE - RS

**Porto Alegre
2019**

Talita Schneider

A situação de trabalho infantil em Arroio do Tigre - RS

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara

Tutor: Prof. Ms. Paulo Rodrigues Cerqueira

**Porto Alegre
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato
Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala
Coordenador substituto: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Schneider, Talita

A SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL EM ARROIO DO TIGRE - RS / Talita Schneider. -- 2019. 43 f. 15

Orientador: Guilherme Dornelas Camara.

Coorientador: Paulo Rodrigues Cerqueira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Contábeis, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Avaliação de Políticas Públicas. 2. Parceria Público-Privada. 3. Trabalho Infantil. 4. Tabaco. I. Camara, Guilherme Dornelas, orient. II. Cerqueira, Paulo Rodrigues, coorient. III. Título.

Escola de Administração da UFRGS

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico

CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS

Telefone: 3308-3801

E-mail: eadadm@ufrgs.br

Talita Schneider

A situação de trabalho infantil, uma questão cultural em Arroio do Tigre - RS

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em 30 de maio de 2019.

Banca Examinadora

Examinador(a): Clézio Saldanha dos Santos

Examinador(a): Renata Albernaz

Orientador(a): Guilherme Dornelas Camara

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me proporcionado saúde e as forças necessárias para superação das dificuldades, disposição e inspiração para os estudos que me proporcionam evoluir cada dia mais como profissional e como ser humano.

Agradeço ao meu marido e a minha filha pela paciência, pelo carinho, incentivo, compreensão, força e dedicação nesta difícil jornada.

Agradeço aos meus pais por todo apoio e incentivo aos estudos.

Aos colegas de trabalho, pela atenção, dicas e contatos imprescindíveis a este estudo.

Ao orientador Prof. Guilherme Dornelas Camara; ao tutor Prof. Paulo Cerqueira, pela atenção, pelo empenho e pela paciência no decorrer deste trabalho.

Aos colegas de curso, professores da Escola e a todos que contribuíram para que esta jornada transcorresse de forma alegre e exitosa.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta caminhada, o meu mais sincero muito obrigado.

RESUMO

O objeto deste trabalho é a investigação da adesão aos Programas de Erradicação ao Trabalho infantil-PETI, Programa Bolsa Família – PBF com relação aos acidentes de trabalho, controle de frequência escolar, consequências econômicas, educacionais e de saúde de crianças e adolescentes. Apresento alguns elementos sobre a análise e avaliação de dos programas e projetos de parceria público/privado no município de Arroio do Tigre - RS que possui características predominantemente rurais. É feita uma revisão sobre os programas de combate ao trabalho infantil desde a perspectiva da avaliação do controle de frequência escolar e acidentes de trabalho. Os resultados da pesquisa apontam que programas e projetos adotadas pelo município têm diminuído a incidência de crianças e adolescentes que são responsáveis por uma parte significativa da renda familiar; e a identificação e diminuição do número de acidentes de trabalho. Conclui-se que a situação de trabalho infantil não traz nenhum benefício para a infância, pelo contrário, traz prejuízos irreparáveis à saúde física e mental e mina a oportunidade de serem adultos saudáveis e bem sucedidos.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Parceria Público-Privada. Tabaco. Trabalho Infantil.

ABSTRACT

The goal of this study is to investigate the adherence to the Child Labor eradication Programs – PETI and Family Grant Program – PBF, with regard to work accidents, control of school attendance, economic, educational and health consequences of children and adolescents. I introduce some elements on the analysis and evaluation of the programs and projects of public/private partnership in the municipality of Arroio do Tigre - RS that has predominantly rural characteristics. A review is made of the programs to combat child labor from the perspective of the evaluation of school attendance control and work accidents. The results of the research indicate that programs and projects adopted by the municipality have reduced the incidence of children and adolescents who are responsible for a significant part of the family income; and the identification and reduction of the number of accidents at work. It's concluded that the child labor situation does not bring any benefit to children, on the contrary, it brings irreparable damage to physical and mental health and undermines the opportunity to be healthy and successful adults.

Keywords: Evaluation of Public Policies. Public-private partnership. Tobacco. Child labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Público Alvo	19
Figura 2 - Ações do programa ARISE.....	20
Figura 3 - Quadro Resumo do Programa Bolsa Família.....	28
Figura 4 - Perfil da saúde em Arroio do Tigre – RS.....	31
Figura 5 - Perfil educacional em Arroio do Tigre -RS	32
Figura 6 - Definição de busca ativa	35
Figura 7 - Ações desenvolvidas rede municipal de Prevenção ao Trabalho Infantil.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO)	33
Tabela 2 - Distribuição da População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO)	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARISE - Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte a Educação

BVJ - Bolsa Variável Jovem

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CEREST - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

BF - Bolsa Família

FEE - Fundação de Economia e Estatística

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JTI - Japan Tobacco International

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MTP - Ministério Público do Trabalho

MS - Ministério da Saúde

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

RENAST Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SIST - Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PROGRAMAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL	14
2.1	PETI.....	15
2.2	BOLSA FAMÍLIA	16
2.3	PROGRAMA ARISE	17
3	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	21
4	OBJETIVOS	24
5	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	25
6	CONDICIONALIDADES E O ACESSO AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ARROIO DO TIGRE	27
6.1	O CUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES EM SAÚDE	29
6.2	O CUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES EM EDUCAÇÃO.....	31
6.3	ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS FAMÍLIAS QUE DESCUMPREM AS CONDICIONALIDADES.....	34
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é um problema mundial, cuja dimensão quantitativa estima-se atinge 152.000.000 (cento e cinquenta e dois milhões) de crianças, segundo sítio do IBGE (censo 2010). No entanto, como o fenômeno está diretamente relacionado ao desemprego e a má distribuição de renda.

A situação de trabalho infantil configura-se em “qualquer situação em que a criança ou adolescente contribuam para a produção de bens ou serviços, incluindo atividades não remuneradas” segundo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990)

Em função de não possuir meios para sobreviver na zona rural, algumas famílias, motivadas pela necessidade de autossustento, usam do trabalho de seus filhos menores, criando uma situação de exploração de mão de obra barata. “No capitalismo, o trabalhador é reduzido a mero produtor de valor de troca, o que implica a negação de sua existência natural, ou seja, significa afirmar que o trabalhador e, conseqüentemente, a sua produção estão determinados totalmente pela sociedade” (COLMÁN, 2009).

Infelizmente, nem todas as pessoas, possuem os meios necessários para sua subsistência, pois o mercado de trabalho não consegue suportar a demanda de trabalho advinda do meio rural e as vagas de trabalho exigem cada vez mais qualificação, o que a grande maioria desta população não possui. O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2011, p. 12) tenta

[c]onvencer muitos setores da sociedade e do Estado do fato de que não é o trabalho precoce, mas sim a educação, que pode garantir um futuro melhor, continua a ser um grande desafio. Mesmo depois de muitos anos de luta contra o trabalho infantil, a mentalidade que durante séculos levou crianças ao trabalho ainda está presente em muitos setores da população brasileira.

A exploração financeira, no interior e nas cidades, nos setores formais e informais da economia, aliada à necessidade de alimentação e moradia usurpam de nossas crianças o direito de estudar e brincar. Tendo assim como consequência o aumento dos cinturões de pobreza nas periferias da cidade elevando o risco social gerando diversos problemas sociais já citados.

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2011, p. 12) descreve: “crianças e adolescentes submetidos à criminalidade, ao narcotráfico, à exploração sexual e a condições análogas à escravidão dentre outras atividades classificadas como as piores formas de trabalho infantil” e continua citando algumas formas de exploração aos quais as crianças são submetidas e revela “como

persiste no país uma mentalidade perversa, capaz de negar a própria condição de ser humano às novas gerações de cidadãos e cidadãs”.

No município de Arroio do Tigre, na região central do estado do Rio Grande do Sul, a adesão aos Programas Federais de Combate ao Trabalho Infantil visa acabar com esta situação de trabalho. O PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O Programa, além de assegurar transferência direta de renda às famílias, oferece a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento. A frequência à escola também é exigida. Seu objetivo principal é erradicar todas as formas de trabalho infantil no país, em um processo de resgate da cidadania e inclusão social de seus beneficiários. O Programa oferece auxílio financeiro, pago mensalmente pela Caixa Econômica Federal, à mãe ou ao responsável legal do menor, por meio de cartão magnético. O PETI é destinado às famílias com renda per capita mensal superior a R\$ 170,00 e que possuam filhos com idade inferior a 16 anos em situação de trabalho infantil. Para receber o benefício, as famílias devem estar inscritas no Cadastro Únicos para Programas Sociais do Governo Federal. Também devem retirar todas as crianças de atividades laborais e/ou de exploração, e garantir que a criança tenha frequência mínima de 85% nas atividades de ensino regular e nas ações socioeducativas e de convivência promovidas pelo programa.

A escolha desse Município transcorre da necessidade de análise das situações dos casos de trabalho infantil. Também verifica-se que nesse município há um conjunto de ações para prevenção, implantado a partir do ano de 2012, desmistificando o enfoque cultural que perpetua o mesmo. Segundo dados do sitio do IBGE (censo 2010), Arroio do Tigre – RS aparece como 16º cidade do Rio Grande do Sul com trabalho infantil, já no ranking nacional é o 27º colocado. A persistência da situação de trabalho no campo, sobretudo na lavoura de tabaco, tem raízes culturais como parte do processo educativo das novas gerações, tendo a finalidade de preparar esses jovens para assumir a propriedade agrícola familiar, num processo de sucessão na agricultura.

Em Arroio do Tigre, é comum os filhos ajudarem os pais no plantio do tabaco. A cultura do tabaco, em geral, é feita em pequenas propriedades, em regime familiar. Segundo os pais “A atividade dos filhos na lavoura hoje é necessária para que este jovem aprenda a lidar com a terra, porque não há escolas de técnicas agrícolas na região”.

A questão é, ou o filho auxilia o pai, ou não aprende a lidar com a agricultura. “Os pais não fazem isso porque são maus, porque não gostam de seus filhos, ou porque acham que o destino dessa crianças é ficar escravo do trabalho”.

Deve demorar até que este problema seja resolvido. Essas questões de atitude, comportamentos e práticas não mudam rapidamente. É preciso gerações para alterar essa situação. Mas, o esforço educativo está dando alguns resultados. Frente a esse contexto, essa pesquisa visa compreender: Quais as consequências da adesão aos programas de combate ao trabalho infantil para crianças e adolescentes no município de Arroio do Tigre - RS?

De modo a responder a essa pergunta, a presente monografia está organizada da seguinte maneira: no capítulo 1, é feita uma revisão sobre os programas de combate ao trabalho infantil; no capítulo 2, é apresentado referencial teórico sobre avaliação de políticas públicas; no capítulo 3, são descritos os objetivos da pesquisa; no capítulo 4, seus procedimentos; no capítulo 5, são apresentados e analisados os dados; seguem-se considerações finais e referências.

2 PROGRAMAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

A seleção do município de Arroio do Tigre, RS, para a realização dessa pesquisa levou em consideração a adesão do Município aos Programas Federais Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e Bolsa Família. Há que se destacar, também, que houve adesão ao Programa Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte a Educação – ARISE da iniciativa privada.

Pressupondo a teoria da proteção integral, e visando identificar subsídios para a concretização dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, Souza (2016 p.14) sugere:

[...] uma mudança significativa na política de prevenção e erradicação do trabalho infantil, ampliou o conjunto de responsabilidades e deixou de ser apenas uma ação de atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias na assistência social para promover um conjunto de ações intersetoriais integradas e articuladas.

Para o autor, o trabalho infantil na sociedade atual está associado a duas condições principais: a pobreza das famílias e a fatores culturais que normalizam o fato de que algumas crianças vivem sua infância enquanto outras não.

Observou-se que a situação de trabalho diminuiu o tempo disponível da criança para o seu lazer, vida em família, educação, e de estabelecimento de relações de convivência com as outras crianças e pessoas da comunidade (ZADRA, 2008).

A maior dificuldade é romper o senso comum que legitima a exploração. Há três argumentos que são utilizados por quem defende o trabalho infantil. O primeiro diz que é melhor a criança trabalhar do que roubar. Trata-se de um falso dilema, porque exclui a hipótese correta: estudar. O segundo afirma que trabalhar educa o caráter. Mas a situação de trabalho afasta as crianças da escola, e acarreta uma defasagem na educação que serve de base para o trabalho escravo. O terceiro afirma que trabalhando a criança aprende seu ofício. No entanto, majoritariamente as atividades são baseadas na exploração e não apresentam perspectivas de crescimento.

Gomes (2013) cita muitos os projetos que tratam da eliminação, erradicação do trabalho infantil em nosso país, dentre eles o Programa Bolsa Família, o PETI juntamente com o Programa ARISE buscam eliminar a situação de trabalho nas atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres e degradantes. No entanto, para o autor o que deve ser eliminado não é de fato o trabalho infantil em si, mas a forma como o mesmo se constrói hoje.

Desde a década de 1900 o Brasil tem obtido sucesso na redução do trabalho infantil. No entanto, no meio rural, verificou-se a permanência de elementos que dão sustentação ao

fenômeno, seja por razões econômicas como o sustento das famílias seja por razões culturais, já que esta prática persistente em determinadas regiões brasileiras e em certas atividades, especialmente no meio rural.

2.1 PETI

Com a mentalidade de que o trabalho enobrece o homem, crianças e adolescentes são conduzidas ao trabalho desde cedo por seus familiares. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 colocam as crianças e adolescentes como prioridade absoluta para as ações protetivas do Estado e da Sociedade.

A situação de trabalho persiste nas camadas vulneráveis da população e nem sempre é para subsistência da família, mas sim para aumentar o padrão de consumo. No Caderno de orientações Técnicas (MDS 2018 pg. 25) encontramos a seguinte definição para o PETI:

“PETI, segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é um programa de caráter Inter setorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças, adolescentes que se encontrem em situação de trabalho infantil, identificados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal”.

Dados do PETI, têm revelado a existência de inúmeras situações de trabalho infantil. Nesta perspectiva, sua ampliação, contribui de forma substancial ao conjunto de ações que o município de Arroio do Tigre - RS vem implementando para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

A partir de 2013, com a reestruturação do SUAS, iniciou-se a discussão sobre o Redesenho do PETI, finalizado em abril de 2014. No Caderno de orientações Técnicas (MDS 2018 pg. 76) “O Redesenho do PETI fortalece o papel de gestão, de articulação e de integração da rede de proteção por meio das Ações Estratégicas para o enfrentamento ao trabalho infantil...” que estão divididas em 5 eixos: 1. Informação e mobilização; 2. Identificação; 3. Proteção; 4. Defesa e Responsabilização; e 5. Monitoramento.

Busca ativa é uma forma de identificar e buscar estas crianças e adolescentes que estão em situação de trabalho. É realizada pelas equipes de assistentes sociais, em locais públicos; ruas, praças, estradas, rodoviárias entre outros conforme a região. Também é preciso fazer o encaminhamento das crianças e adolescentes que estão fora da escola, encaminhando os mesmos para obtenção de documentos daqueles que não o possuem para que possam realizar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal.

A Busca ativa pode ser realizada em rede nas três secretarias municipais que são: Secretaria Municipal de Assistência Social (acompanhamento e identificação), Secretaria Municipal da Educação (frequência e evasão escolar) e Secretaria Municipal da Saúde (identificação, intoxicação e machucaduras graves).

- a) Secretaria Municipal da Assistência Social: A partir do Formulário do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico há uma pergunta feita aos pais sobre o trabalho infantil com resposta livre, a maioria deles marca que não tem trabalho infantil em suas casas. Caso aja constatação de trabalho infantil pelos assistentes sociais a alternativa deverá ser marcada pelo município. Denúncias anônimas, agentes de saúde e/ou vizinhos;
- b) Secretaria Municipal da Educação: o acompanhamento da frequência escolar é uma forma de identificação dos casos de trabalho infantil, é através dela que as indústrias de tabaco (instrutores) verificam se as crianças estão trabalhando;
- c) Secretaria Municipal da Saúde: a identificação dos casos ocorre através dos agentes comunitários de saúde em atendimento domiciliar. Os casos de intoxicação e machucadura graves relatados pelos hospitais. Como veremos mais a frente uma das formas de tentar acabar com a situação de trabalho são os Programas de Transferência de Renda, podemos destacar dentre eles o Bolsa Família.

2.2 BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família – BF segundo sitio do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

Ele foi criado em outubro de 2003, sendo um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

Tem como público alvo a população constituída por famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema. O Programa Bolsa Família segundo sitio do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS cita os critérios de participação da população, onde extremamente pobres são aquelas com renda mensal de até R\$89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas com renda mensal entre R\$89,01 e R\$178,00 por pessoa. As famílias

pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

Para se candidatar, é necessário que a família esteja inscrita no CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados há menos de 02 anos.

Caso atenda aos requisitos de renda e não esteja inscrito, é necessário procurar o responsável pelo Programa Bolsa Família na prefeitura de cidade onde reside para se inscrever no Cadastro Único.

É obrigatório manter os dados atualizados referente à mudança de endereço, telefone de contato e modificações na constituição familiar como nascimentos, mortes, casamentos, separações, adoção etc.

O cadastramento é um pré-requisito, mas não implica na entrada imediata das famílias no Programa, nem no recebimento do benefício. Mensalmente, o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social seleciona de forma automatizada as famílias que serão incluídas para receber o benefício.

São requisitos para inclusão no Programa Bolsa Família:

- Inclusão da família no Cadastro Único do Governo Federal;
- Seleção pelo Ministério do Desenvolvimento Social;
- No caso de existência de gestantes, o comparecimento às consultas de pré natal, conforme calendário preconizado pelo Ministério da Saúde (MS);
- Participação em atividades educativas ofertadas pelo MS sobre aleitamento materno e alimentação saudável, no caso de inclusão de nutrizes (mães que amamentam);
- Manter em dia o cartão de vacinação das crianças de 0 a 7 anos;
- Acompanhamento da saúde de mulheres na faixa de 14 a 44 anos;
- Garantir frequência mínima de 85% na escola, para crianças e adolescentes de 16 e 17 anos.

2.3 PROGRAMA ARISE

Nesse contexto desde 2012, tem sido desenvolvido o programa ARISE (Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte a Educação) executado no município de Arroio do Tigre - Rio Grande do Sul. Conta também com parceiros governamentais, entidades representativas de trabalhadores e empregadores, sociedade civil e das comunidades

produtoras de tabaco no meio rural, tem ainda a atuação de uma das maiores empresas tabagistas do mundo, a *Japan Tobacco International* (JTI).

O programa ARISE está pondo um fim a situação de trabalho infantil nas comunidades da região de cultivo de tabaco onde a empresa JTI tem seu ramo de negócio, colocando a educação como a solução central para o problema.

A estratégia do programa é romper o ciclo de trabalho infantil, assumindo compromissos e colaborando com produtores rurais, famílias, comunidades e governos para pôr abaixo as barreiras tradicionais e criar mudanças culturais que coloquem um fim a situação de trabalho infantil. Cursos e treinamento para professores e produtores de tabaco são ofertados, assim como oportunidades de geração de renda para famílias são ações que integram a proposta do ARISE. O programa trabalha duro para equipar escolas com recursos, treinar professores e oferecer alternativas viáveis ao trabalho infantil, como atividades extracurriculares para aquelas crianças que conciliam escola e trabalho durante os períodos sazonais de demanda.

Neste estudo buscarei relacionar a qualidade de vida e os Programas Bolsa Família e PETI correlacionando com o Programa ARISE por não existirem estudos relacionando a qualidade de vida com programas de assistência direta, onde são alocados recursos para decisão de gasto do próprio cidadão.

Do ponto de vista prático, um estudo dessa natureza poderia produzir dados tanto para a tomada de decisão dos gestores públicos, quanto para a alocação de recursos para o Programa.

A cultura do tabaco foi, entre os diversos segmentos econômicos, o que mais reduziu o trabalho infantil entre 2000 e 2010, como consta no senso populacional do IBGE. No Brasil, a redução foi de 52% e no Rio Grande do Sul, de 49%, ainda no estado, os dados apontam, uma concentração do trabalho de crianças e adolescentes: das dez cidades brasileiras com maior incidência no trabalho infantil, seis estão no Rio Grande do Sul sitio do IBGE (senso 2010).

Para Avancini (2014 p.12)

[...] um dos setores com maior incidência de trabalho infantil é a agricultura familiar, em especial a cultura do tabaco, que abrange aproximadamente 90 mil famílias gaúchas, contando com uma participação significativa de crianças e adolescentes – por volta de 500 mil, de acordo com estimativa do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul.

O Programa ARISE é o resultado de uma das primeiras experiências de parceria público-privado da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a organização *Winork*

International e JTI. Está presente em três países – Brasil, Malawi e Zâmbia, que são grandes produtores de tabaco e onde há reconhecimento a presença de mão de obra infantil.

No Brasil, em 2012, o Programa foi implantado em Arroio do Tigre, município no Rio Grande do Sul, onde a JTI possui uma grande quantidade de fornecedores de tabaco. No final de 2014 o programa passou a atuar também em Sobradinho, Lagoa Bonita do Sul e Ibarama.

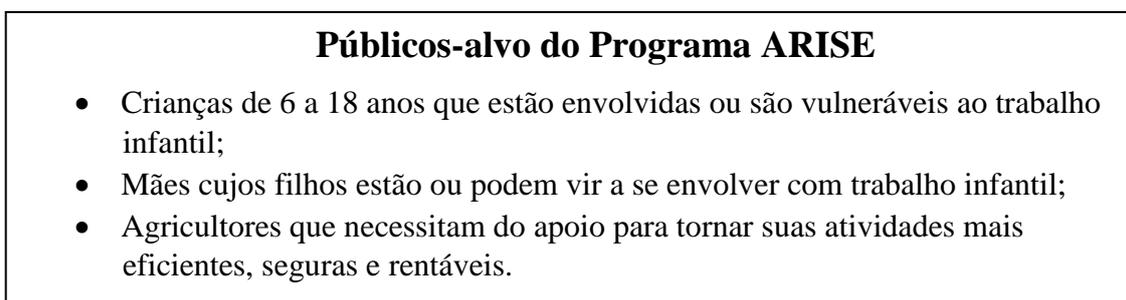
Paralelamente, a agricultura familiar e em especial a cultura de tabaco são conhecidas por utilizarem a mão de obra de crianças e adolescentes. Esse conjunto de fatores constitui, então, o pano de fundo do programa ARISE.

O objetivo central deste é prevenir e reduzir progressivamente o trabalho de crianças e adolescentes na lavoura de tabaco tendo como pilares:

- a) ampliar o acesso à educação de qualidade;
- b) aumentar a consciência social sobre a necessidade de eliminar o trabalho infantil;
- c) fortalecer o marco regulatório contra o trabalho infantil e
- d) colaborar para o fortalecimento econômico das famílias e comunidades envolvidas na lavoura do fumo.

O trabalho infantil é uma violação de direitos humanos, assentada em questões culturais, sociais e econômicas. Nesse sentido, seu enfrentamento requer uma abordagem multidimensional, capaz de focar os fatores relacionados às práticas que levam os produtores de tabaco a envolverem crianças e adolescentes em atividades de trabalho. Veja na figura a seguir o público alvo do programa.

Figura 1 - Público Alvo



Fonte: Programa ARISE em Arroio do Tigre – RS / Brasil (2014)

Foram ofertados para crianças de 10 a 13 anos oficinas e atividades extracurriculares no contra turno escolar, ampliando e qualificando suas atividades escolares. Para atender os adolescentes de 14 a 17 anos, foi criado o Centro de Formação Técnica do Jovem Rural, em

Arroio do Tigre – RS, voltado ao ensino de tecnologias na área da agricultura orgânica e sustentabilidade.

O programa ARISE realizou alianças estratégicas com o governo, organizações sociais a fim de implantar, promover e proteger os direitos das crianças e adolescentes reduzindo assim o trabalho infantil na fumicultura em Arroio do Tigre.

Figura 2 - Ações do programa ARISE

As ações do ARISE se estruturam em torno de três objetivos

- Reduzir o trabalho infantil através da melhoria da Educação, oportunidade e conscientização;
- Aumentar o empoderamento econômico em comunidades-alvo produtoras de tabaco;
- Aperfeiçoar o marco regulatório para a eliminação do trabalho infantil e a promoção da educação.

Fonte: Programa ARISE em Arroio do Tigre – RS / Brasil (2014).

Assim busca criar alternativas viáveis que rompam o ciclo de trabalho infantil e promovam oportunidades que gerem mudanças gerando oportunidades e renda para as famílias do setor tabagista.

3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A efetivação dos direitos das crianças é uma das políticas públicas que tem um olhar voltado principalmente contra a violência. É necessário trabalhar naquela que é a mãe da violência física: a desigualdade de oportunidades, de direitos e igualdade.

A estratégia de combate a situação de trabalho de crianças e adolescentes, o comportamento, as necessidades básicas e sobretudo as condições de segurança e moradia precisam ser analisadas dentro dos programas sociais. Ayres (2003, p. 4) diz que a “complexidade destas situações colabora para que os elementos sociais, econômicos, culturais, políticos e éticos da prevenção passem para o plano das ações concretas, sendo eles próprios objetos de intervenção”.

Observa-se que a vulnerabilidade cresce quando aparecem algumas das situações a seguir: falta de acesso à informação, aos serviços básicos de educação e falta de confiança ou credibilidade na sustentação de estratégias de ação (GUARESCHI, 2007). A vulnerabilidade social vinculada a situação de trabalho infantil precisa ser trabalhada no sentido de discutir os aspectos de:

“a) acesso à informação; b) quantidade de recursos destinados à saúde por parte das autoridades e legislação locais; c) acesso e qualidade dos serviços de saúde; d) nível geral de saúde da população, mediante comportamento de indicadores de saúde, como o coeficiente de mortalidade infantil; e) aspectos sócio-políticos e culturais de segmentos populacionais específicos, como a situação da mulher (menores salários, ausência de legislações de proteção específica, exposição à violência; restrições de exercício de cidadania etc.); f) grau de liberdade de pensamento e expressão, sendo tanto maior a vulnerabilidade quanto menor a possibilidade desses sujeitos fazerem ouvir suas necessidades nas diversas esferas decisórias; g) grau de prioridade política (e econômica) dada à saúde; h) condições de bem-estar social, como moradia, escolarização, acesso a bens de consumo, entre outros” (AYRES, 2003, p. 3).

As condições de vida, moradia, trabalho e educação, esta indiretamente vinculada as estruturas sociais e econômicas da população carente. Para Guareschi (2007) “a vulnerabilidade não se restringe à categoria econômica, passando por organizações políticas de raça, orientação sexual, gênero, etnia”.

Neste sentido os programas sociais do Governo Federal buscam proteger crianças e adolescentes, menores de 16 anos, contra qualquer forma de trabalho, garantindo que frequentem a escola e atividades socioeducativas e avaliar sua realização nos municípios torna-se urgente. Por isso, apresentamos a seguir alguns elementos sobre a análise e avaliação de políticas públicas.

Entretanto, é necessário que as políticas públicas façam a análise *ex ante* para que os recursos públicos e o bem-estar da sociedade sejam otimizados. Desse modo, evita-se a detecção posterior de erros de formulação e de desenho, que, com maior racionalidade no processo inicial de implantação da política, poderiam ter sido previstos e eliminados (IPEA, 2018).

Para a avaliação de políticas públicas, programas e projetos governamentais tem finalidades bastante precisas: dois aspectos fundamentais: prestação de contas (*accountability*) e desempenho (*performance*). *Accountability* pode ser entendida como a obrigação permanente de prestar contas sobre o uso de recursos públicos, os resultados alcançados (desempenho), e os critérios de decisão utilizados. Desempenho significa realizações reais medidas em relação as metas, padrões e critérios definidos.

A avaliação precisa ser técnica medindo, avaliando e monitorando os resultados dos planos e políticas de ação. Só então é possível reconhecer as duas dimensões da avaliação, que podem ser:

A primeira é técnica, e caracteriza-se por coletar e analisar segundo procedimentos reconhecidos, informações que poderão ser utilizadas nas decisões relativas a qualquer política, programa ou projeto. Esta dimensão diz respeito à pesquisa avaliativa, que é um instrumento da avaliação. A segunda dimensão é valorativa, consistindo no exame das informações obtidas, à luz de critérios específicos, com a finalidade de extrair conclusões acerca do valor da política, programa ou projeto. A finalidade desse julgamento não é classificar as intervenções “boas” ou “más”, “exitosas” ou “fracassadas”. Representa, antes, um processo de apoio ao aprendizado contínuo, em busca de melhores decisões e de amadurecimento da gestão. (RUA, 2010, p. 4)

A avaliação é um momento reflexivo, que avalia todo o processo e resultado para verificar a efetivação das políticas públicas propostas. Assim, é necessário estabelecer fluxo de monitoramento e avaliação das ações dos órgãos e instituições que possuem responsabilidade com relação às ações estabelecidas. A análise de dados e periodicidade das ações e metas estipuladas, onde cada órgão ou instituição envolvida, deverá acompanhar suas ações constantemente, verificando se as metas instituídas estão próximas de serem atingidas, organizando a coleta e análise dos dados e mantendo os registros das ações previstas.

Sem planejamento anterior, a “implementação da política pública, com a definição de quais indicadores e ações serão necessários, quem serão os responsáveis e quando e como essas ações serão desenvolvidas e seus resultados comunicados” (IPEA, 2018 pag. 12) nos mostra a importância de uma boa avaliação em todos os programas/projetos ofertados. São estas avaliações que nos “mostraram que o desempenho da política foi baixo ou insatisfatório

e que há a necessidade de a política ser reformulada em um ou mais dos elementos de seu desenho” (IPEA, 2018 pag. 14).

A avaliação das políticas públicas é essencial para garantir a boa distribuição de recursos públicos que são naturalmente escassos, que, quando bem utilizados melhoram a qualidade da prestação de serviços à sociedade.

Todavia avaliar uma política é um dos estágios mais importantes do ciclo das políticas públicas. Ela integra-se ao ciclo e acompanha todas as fases da política pública, desde a identificação do problema da política até a análise das mudanças sociais advindas da intervenção pública. É um instrumento de gestão quando visa subsidiar decisões a respeito de sua continuidade, de aperfeiçoamentos necessários, de responsabilização dos agentes e sendo um instrumento de *accountability* quando informar, aos usuários e/ou beneficiários e à sociedade em geral, sobre seu desempenho e impactos.

A análise a seguir, nos mostra alguns modelos que podemos utilizar para construir as análises de políticas públicas em especial os modelos “Racional” e “Sistêmico” dentro do modelo nacional de Políticas Públicas. Conforme Dye (2010), a Política Racional apresenta alguns pontos que devem ser considerados. Entre eles está o “ganho social máximo”, que segundo ele “os governos devem optar por políticas cujos ganhos sociais superem os custos pelo maior valor e devem evitar políticas cujos custos não sejam excedidos pelos ganhos”.

No modelo Racional de Dye (2010 p. 111) a máxima vantagem social deve ser considerada como fator preponderante para a realização de uma política pública consistente em pelo menos dois pontos: “não adotando uma política cujos custos excedam seus benefícios”; e a realização de uma seleção pelos tomadores de decisão verificando “aquela que produza o maior benefício com relação ao seus custos”.

Já o modelo Sistêmico, segundo Dye (2010 p. 124) considera a “concepção das políticas públicas como resposta ao sistema político às forças que o afetam a partir do meio ambiente”. Esta teoria faz uso de: Entradas, *inputs*, com demandas e apoios bem como saídas, *output*, com decisões e ações.

De uma forma mais abrangente, os elementos correspondem às exigências dentro da população. A Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre – RS, onde são desenvolvidos os projetos assistenciais supracitados promove projetos/programas visando retirar crianças e adolescentes de situação de risco conforme veremos nos capítulos a seguir.

4 OBJETIVOS

O Objetivo Geral dessa pesquisa é avaliar os efeitos da adesão de Arroio do Tigre - RS a programas de combate ao trabalho infantil para seus beneficiários.

Os objetivos específicos são os listados abaixo:

- Consolidar informações a respeito da adesão de Arroio do Tigre - RS aos programas;
- Identificar se há correlação entre esta adesão e os indicadores de trabalho infantil;
- Identificar situações de trabalho infantil, através de busca ativa;
- Descrever a situação atual de trabalho infantil, através de estatísticas e acidentes de trabalho no município de Arroio do Tigre – RS;

5 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Segundo Markoni e Lakatos (2003, p. 183), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Neste contexto, reuni alguns dados da pesquisa efetuada até o presente momento especialmente sobre cadastramento e participação nos Programas Sociais. Estes podem ser potencializados através de estratégias para o combate à fome, miséria e a situação de trabalho infantil.

Recorri também à combinação de técnicas de pesquisa exploratória, segundo Gerhard e Silveira (2009 *apud* GIL, 2007, p.35):

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Essa pesquisa pode ser classificada como: pesquisa bibliográfica e observação não-participante. Como a análise de documentos, pesquisas em periódicos, revistas e sites oficiais do Governo Federal. No entanto o foco principal são as famílias com crianças menores em situação de trabalho, as relações sociais, as estratégias, as necessidades e os saberes. O propósito desta pesquisa pode ser definido pela observação não-participante onde, segundo Lakatos (1985, p.193), “o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora”. A investigação da situação de trabalho das crianças do município de Arroio do Tigre – RS, visa verificar e identificar os fatores que contribuem com a ocorrência deste fenômeno.

A abordagem não analisa números para chegar aos resultados. A sua preocupação está em entender o caminho que levou ao problema da situação de trabalho, a partir do aprofundamento de dados não-mensuráveis. [...] coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na atenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e ou fenômenos que se deseja estudar (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 90).

Os principais locais de busca de informações foram sites do Governo Federal. Houve também o acompanhamento de programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Assistência Social, que são:

- Projeto Recriando – Público alvo – Crianças e adolescentes com deficiência desenvolvido em parceria com a APAE;

- Curso de Preparação para o Trabalho – Público alvo – adolescentes acima de 14 anos;
- Oficina de Gastronomia “Sabores e Saberes” – Público Alvo – Mulheres usuárias do PBF – Mães e adolescentes da APAE – Comunidade Quilombola;
- Programa Ciranda do Saber – Público Alvo - Usuários do PBF da cidade e do interior;
- Projeto “Arte em movimento” – Público Alvo – Adolescentes meninos dos 12 aos 18 anos;
- Projeto “Borboletas” – Público Alvo - Adolescentes meninas dos 12 aos 18 anos;
- Projeto “Coral Infante Juvenil de Arroio do Tigre” – Público Alvo – adolescentes de ambos os sexos dos 12 aos 18 anos;

Fiz observação não-participante dos projetos desenvolvidos, onde pude acompanhar o cadastramento de algumas famílias no CadÚnico para fins de obtenção de benefícios do Programa Bolsa Família, quanto para participar dos projetos oferecidos.

Como meu local de trabalho é dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social acompanhei também a conferência das condicionalidades de obtenção do PBF como a “pesagem” pela nutricionista que envolve a atuação das Agentes Comunitário de Saúde (ACS) que mensalmente fazem a conferência da vacinação, pesagem e medidas das crianças menores de seis anos de idade.

Observei, também, a busca ativa das técnicas do CRAS, assistentes sociais e psicólogas que acompanham o motivo da não frequência escolar porque quando a criança não atinge a meta dos 75% a 85% de frequência as famílias são chamadas para justificar a infrequência escolar.

6 CONDICIONALIDADES E O ACESSO AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ARROIO DO TIGRE

Arroio do Tigre localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 251 km de porto Alegre, fazendo divisa com os municípios de Estrela Velha ao norte, Sobradinho ao sul, Tunas e Segredo ao leste e Ibarama a oeste. Possui, aproximadamente, 13.134 habitantes, desse total temos um total de 1.492 crianças de 0 a 9 anos e 918 adolescente de 10 a 14 anos, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE DADOS, 2017).

No Brasil, o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta os dados do o município de Arroio do Tigre – RS, que está entre os trinta primeiros municípios brasileiros com os maiores indicadores de trabalho infantil. Souza (2016 p. 155) quando fala em trabalho infantil e suas consequências cita a necessidade de dimensioná-lo sobre três premissas básicas. A primeira é a econômica; a segunda é a educacional; e a terceira é a saúde.

Nesse trabalho, avaliei as consequências da situação de trabalho na vida de crianças e adolescentes. O sitio da Rede Peteca trata que,

Além de muitas vezes reproduzir o ciclo de pobreza da família, prejudica a aprendizagem da criança, quando não a tira da escola e a torna vulnerável em diversos aspectos, incluindo a saúde, exposição à violência, assédio sexual, esforços físicos intensos, acidentes com máquinas e animais no meio rural, entre outros.

Ao analisar as direções que a proteção e vulnerabilidade social vem tomando no contexto atual do Brasil, através do método de revisão da literatura, analisarei as concepções de alcançadas nas políticas sociais averiguadas, mostrando os malefícios que a situação de trabalho pode causar nas crianças em fase de desenvolvimento e os principais problemas de saúde decorrentes do trabalho precoce.

O debate em torno da concepção da situação de trabalho será (identificada e descrita) quando vinculadas às estatísticas de acidentes de trabalho no município de Arroio do Tigre – RS. A proposta deste trabalho consiste em analisar os casos de situação de trabalho existentes principalmente e avaliar o enfoque cultural que motivam a reflexão teórica deste estudo.

A realidade social do município de Arroio do Tigre – RS será analisada e as medidas que podem ser tomadas para melhorar a qualidade de vida das crianças em situação de vulnerabilidade social e a situação de trabalho a qual ficam expostas. A seguir veremos as condicionalidades em saúde e educação necessárias ao recebimento dos benefícios.

O fato de estar entre os trinta primeiros municípios brasileiros com os maiores indicadores de trabalho infantil é alarmante, em Arroio do Tigre – RS. Segundo sitio do MDS 1.327 famílias estão inseridas no CadÚnico e 460 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF. Essas equivale, aproximadamente, a 8,79% da população total do município, e inclui 163 famílias que, sem o programa, estariam em condições de extrema pobreza. No mês de março de 2019 foram transferidos R\$78.592,00 (setenta e oito mil quinhentos e noventa e dois reais) às famílias do PBF sendo que o benefício médio repassado foi de R\$170,85 por família.

Como podemos ver no quadro a seguir:

Figura 3 - Quadro Resumo do Programa Bolsa Família

<p>Município: Arroio do Tigre / RS RESUMO (Gerado em 17/03/2019)</p> <p>População: (Censo2010): 12.648 habitantes Famílias inseridas no Cadastro Único: 1.327 famílias Famílias beneficiárias do PBF: 460 famílias % da população beneficiada pelo PBF: 8,79% aproximadamente Valor transferido no mês de março de 2019 aos beneficiários: R\$78.592,00 Valor médio do benefício: R\$ 170,85 por família</p>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento social – MDS

A cobertura do PBF é de 74,55% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base no Censo Demográfico, realizado pelo IBGE. O município está abaixo da meta de atendimento do PBF. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa mas ainda não foram cadastradas. Periodicamente deve-se fazer a manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para atualização do cadastros nos processos de Revisão e Averiguação Cadastral evitar a interrupção do pagamento.

Quando uma família entra no Programa, ela e o poder público assumem compromissos para garantir o acesso de suas crianças e adolescentes à saúde e a educação. Esses compromissos são conhecido como condicionalidades. No campo da Saúde e Assistência Social, elas são as seguintes:

- Crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura;
- Gestantes precisam fazer o pré-natal;
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e
- Adolescentes que recebem o Bolsa Variável Jovem - BVJ devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

6.1 O CUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES EM SAÚDE

Segundo Nobre (2003, p.2) “antes de ser um problema, o trabalho infantil é apontado como solução; solução às carências do sistema educacional, à pobreza, à violência das ruas”. O adolescente e a criança que trabalham estão expostos a situações de risco, acidentes e problemas de saúde relacionados ao trabalho, como o cansaço, distúrbios de sono, irritabilidade, alergia e problemas respiratórios também estão na lista das consequências físicas do trabalho infantil, dados do sitio da Rede Peteca. Quanto a

(...) complexidade da questão para todos aqueles que precisam ou se propõem a enfrentar o desafio de trabalhar para a erradicação do trabalho infantil, ao tempo em que demandam o estabelecimento de estratégias múltiplas, de ações intersetoriais e de políticas públicas articuladas (NOBRE, 2003, p.2).

No trabalho rural, as crianças estão expostas a ferimentos cortantes, queimaduras e acidentes com animais peçonhentos, e por terem menos resistência que os adultos, também estão mais suscetíveis a infecções e lesões dados estes do sitio da Rede Peteca.

E continua no âmbito das políticas públicas em saúde de combate ao trabalho infantil, a partir de 2002 a Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), composta hoje por 208 Unidades de Saúde denominadas de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), de categorias estaduais, regionais e municipais, passou a estruturar ações assistenciais, de vigilância em saúde e de promoção da saúde. Um dos principais avanços foi a Portaria GM/MS nº 777, de 28 de abril de 2004, que estabeleceu como evento de notificação compulsória no Sistema de Informações de Agravos de Notificação Compulsória do SUS (SINAN), os agravos e doenças em crianças e adolescentes trabalhadores. Atualmente as Portarias vigentes são a 204 e a 205, de 16 de fevereiro de 2016.

O portal do Ministério da Saúde O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) tem como objetivo facilitar a formulação e avaliação das políticas, e programas de

saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões, com vistas a contribuir para a melhoria da situação de saúde da população.

De acordo com os dados do SINAN, no Brasil, 22.721 crianças e adolescentes, na faixa etária entre 5 a 17 anos, foram vítimas de acidentes graves de trabalho entre os anos de 2007 e 2016. Desse total, 204 morreram, 536 sofreram amputação traumática ao nível de punho e mão e 534 tiveram fratura da cabeça.

As notificações de Acidentes de Trabalho envolvendo crianças e adolescentes no município de Arroio do Tigre – RS no Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador – SIST/RS foram 04 notificações assim distribuídas:

De acordo com o ano: 2013 a 2015

2013 – 01 caso

2014 – 02 casos

De acordo com o ano: 2016 a 2018

2017 – 01 caso

De acordo com a idade:

16 anos – 01 caso

17 anos – 03 casos

De acordo com a atividade produtiva:

Tornearia – 02 casos

Comércio – 01 caso

Desdobramento de madeira – 01 caso

De acordo com o sexo:

Masculino – 04 casos

Estes dados espelham a necessidade urgente de adotar ações efetivas para eliminar o trabalho infantil no Brasil. Com relação às ações Inter setoriais, vale ressaltar a celebração de termo de cooperação entre o Ministério da Saúde e o Ministério Público do Trabalho (MTP), que objetiva, de forma parceira, proteger, preservar e recuperar a integridade física e mental da saúde de crianças e adolescentes.

No sítio da Rede Peteca apresenta a vivência plena as infância é essencial para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças. Tudo que acontece nesta etapa do desenvolvimento pode gerar traumas irreversíveis. Além de serem privadas de uma infância plena, com sonhos, brincadeiras e educação. As crianças que trabalham carregam graves consequências para a vida adulta, como impactos físicos, psicológicos e econômicos, além da perpetuação do ciclo da pobreza, repetido de geração a geração.

Ainda no sitio da Rede Peteca traz ainda uma sequência de Impactos que o trabalho na infância produz:

Impactos físicos (grifo nosso) – a criança e o adolescente que trabalham estão altamente expostos a situações de risco, acidentes e problemas de saúde relacionados ao trabalho. O cansaço, distúrbios de sono, irritabilidade, alergia e problemas respiratórios também estão na lista das consequências físicas do trabalho infantil, pois alguns deles exigem esforço físico extremo, como carregar objetos pesados ou adotar posições que prejudicam, ocasionando lesões na coluna e produzindo deformidades. No trabalho rural, as crianças estão expostas a ferimentos cortantes, queimaduras e acidentes com animais peçonhentos. Por ter menos resistência que os adultos, também estão mais suscetíveis a infecções e lesões. **Impactos psicológicos** (grifo nosso) – outras consequências do trabalho infantil são os abusos físicos, sexual e emocional sofridos pelas crianças e adolescentes interferem não apenas na saúde, mas também no âmbito emocional, ocasionando o desenvolvimento de doenças psicológicas.

Na área da saúde segundo sitio do MDS no mês de janeiro de 2019 o PBF teve 488 beneficiários(as) acompanhados(as) no último semestre. Compõe o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 362 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 80,80%. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 77,15%.

Figura 4 - Perfil da saúde em Arroio do Tigre – RS

<p>Perfil Saúde: Total de beneficiários(as) com perfil de saúde no município: 448 famílias; Beneficiários(as) acompanhados: 362 famílias; Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS): 80,80% Média Nacional TAAS: 78,25%</p>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento social – MDS

6.2 O CUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES EM EDUCAÇÃO

Outro elemento que apresente condicionalidades é a educação, apontada como elemento fundamental para o processo de erradicação da situação de trabalho. No Brasil, 2,5 milhões de crianças e jovens ainda estão fora da escola, segundo um levantamento realizado com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2015.

No sitio do MDS, Arroio do Tigre – RS tem 565 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades até janeiro de 2019 (mês de referência). Dessas,

foram acompanhadas 545, um acompanhamento de 96,46%. A média nacional é de 92,57% de acompanhamento na educação.

Figura 5 - Perfil educacional em Arroio do Tigre -RS

<p>Perfil Educação</p> <p>Total de crianças e adolescentes com perfil de educação no município: 565 crianças/jovens;</p> <p>Total de crianças e jovens acompanhados: 545 crianças/jovens;</p> <p>Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE): 96,46%</p> <p>Média Nacional TAFE: 92,57%</p>
--

Fonte: Ministério do Desenvolvimento social – MDS

O sitio do MDS mostra que o acompanhamento da frequência escolar no município é muito boa, acima da média nacional. No entanto é fundamental que a Gestão Municipal do PBF continue procurando identificar os beneficiários que estejam sem informação ou com informação desatualizada sobre a escola onde estudam (“não localizados”), realizando ações de orientações às famílias beneficiarias do PBF para que mantenham atualizado seu Cadastro Único quando houver mudança de escol, ou ainda realizando a busca ativa de beneficiários que estejam fora da escola.

O trabalho infantil tem sido um determinante da evasão escolar, e este processo decisório na desistência está vinculado a dois elementos essenciais: a distorção idade/série que leva à não identidade com aquele grupo, e o reconhecimento da incapacidade para estar na escola.

O Ministério da Saúde juntamente com as Secretárias Municipais de Assistência social investiu e tem investido em ações de saúde que permitam, identificar e encaminhar para a rede de proteção de crianças e adolescentes e realizar de forma parceira ações com vistas a eliminar o trabalho infantil no Brasil.

O Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador da Região dos Vales - RENAST traz os dados da Distribuição da População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO), de acordo com a faixa etária e sexo de crianças e adolescentes, no município de Arroio do Tigre, (CENSO, 2010), mostra 844 crianças de 10 - 13 anos, destas o percentual de ocupados chega a 42,2%. De 14 – 15 anos são 468 jovens com 57,9% ocupados. De 16 – 17 anos total de 429, com um percentual de 80,7% ocupados. De 10 – 17 anos são 1.741 crianças e adolescentes com 55,9% ocupados.

Tabela 1 - Distribuição da População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO)

Trabalho Infantil			
Tabela 2: Distribuição da População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO), de acordo com a faixa etária e sexo de crianças e adolescentes, no município de Arroio do Tigre, 2010.			
	Feminino	Masculino	Total
População 10-13 anos	383	461	844
PEAO 10-13 anos	152	204	356
Percentual de ocupados 10-13 anos	39,7	44,3	42,2
População 14-15 anos	255	213	468
PEAO 14-15 anos	140	131	271
Percentual de ocupados 14-15 anos	54,9	61,5	57,9
População 16-17 anos	220	209	429
PEAO 16-17 anos	165	181	346
Percentual de ocupados 16-17 anos	75,0	86,6	80,7
Total 10-17 anos	858	883	1.741
Total PEAO 10-17 anos	457	516	973
Percentual total de ocupados 10-17 anos	53,3	58,4	55,9

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Fonte: RENAST - centro regional de referência em saúde do trabalhador da região dos vales

O Caderno de Orientações Técnicas para o Aperfeiçoamento da Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (2018) traz que, o esclarecimento da sociedade sobre os malefícios do trabalho infantil é fundamental para tornar o fenômeno visível. Para isso, faz-se necessário informar, sensibilizar e mobilizar os diversos atores e segmentos sociais, centrais e sindicais, federações, associações e cooperativas de trabalhadores e empregadores para o desenvolvimento de ações com vista a prevenção e erradicação da situação de trabalho infantil.

Este caderno trata da primordial que o chefe do poder executivo local esteja sensibilizado, pois será necessária a articulação das diversas políticas públicas, conselhos e instituições não governamentais, tendo em vista que o enfretamento do trabalho precoce de crianças e adolescentes é responsabilidade de todos. Esta articulação se materializa por meio da constituição da Comissão ou Grupo de Trabalho Intersetorial com a finalidade de planejar, acompanhar a execução e monitorar as ações de enfrentamento do trabalho infantil.

O município de Arroio do Tigre – RS é composto por uma população economicamente ativa e ocupada da urbana e rural como podemos observar na tabela RENAST a seguir:

Tabela 2 - Distribuição da População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO)

Tabela 3: Distribuição da População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO), de acordo com a faixa etária e zona de domicílio de crianças e adolescentes, no município de Arroio do Tigre, 2010.			
	Urbana	Rural	Total
População 10-13 anos	390	454	844
PEAO 10-13 anos	58	298	356
Percentual de ocupados 10-13 anos	14,9	65,6	42,2
População 14-15 anos	231	237	468
PEAO 14-15 anos	85	186	271
Percentual de ocupados 14-15 anos	36,8	78,5	57,9
População 16-17 anos	145	285	430
PEAO 16-17 anos	97	248	345
Percentual de ocupados 16-17 anos	66,9	87,0	80,2
Total 10-17 anos	766	976	1.742
Total PEAO 10-17 anos	240	732	972
Percentual total de ocupados 10-17 anos	31,3	75,0	55,8

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Fonte: RENAST - centro regional de referência em saúde do trabalhador da região dos vales

Devem ser realizadas ações de orientação às famílias para que informem que são beneficiárias do PBF quando forem atendidas na rede de saúde e para que atualizem o Cadastro Único quando mudarem de endereço; planejar ações periódicas de busca ativa de famílias não acompanhadas pela saúde. O envio mensal das informações do acompanhamento das gestantes identificadas, as quais são elegíveis o Benefício Variável Vinculado à Gestante (BGV). As informações de descumprimento das condicionalidades de saúde e de situação nutricional devem servir de base para a articulação intersetorial entre educação, assistência social e saúde, para que atuem de forma integrada na superação de eventuais vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias e na identificação de demandas sociais no município.

6.3 ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS FAMÍLIAS QUE DESCUMPREM AS CONDICIONALIDADES

As famílias que descumprem as condicionalidades (principalmente a frequência escolar) podem sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício podendo chegar ao cancelamento em casos específicos. Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades que as famílias estejam vivenciando, pois demonstram que elas não estão acessando seus direitos sociais básicos à saúde e à educação.

O município de Arroio do Tigre –RS apresenta 13 família(s) em fase de suspensão no período acompanhado de (setembro de 2018). Nestes casos, é necessário que o poder público

atue no sentido de auxiliar essas famílias a superar a situação de vulnerabilidade voltar a acessar esses serviços, retornando a cumprir as condicionalidades. Por isso as famílias em descumprimento das condicionalidades, em especial aquelas que estão em fase de suspensão de benefícios são prioritárias no Atendimento/Acompanhamento pela assistência social do município.

O papel da Secretaria Municipal da Assistência Social nos Programas Sociais passa pela Busca Ativa a qual está assim definida no Caderno de Orientações Técnicas para o Aperfeiçoamento da Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (2018, p.29).

Figura 6 - Definição de busca ativa

A **Busca Ativa** – realizada pelas equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social, da proteção social especial, identifica situações de trabalho infantil em espaços públicos: ruas, praças, entroncamentos de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais (por exemplo: feiras e mercados), locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus e rodoviárias, trens, metrô, prédios abandonados, lixões, praias, semáforos, entre outros locais a depender das características de cada região e localidade.

Fonte: Caderno de Orientação Técnica - MDS

Após o reordenamento do PETI os recursos provenientes da União são para campanhas de mobilização e sensibilização para pais, alunos e professores através de palestras e seminários, em parceria com a ARISE. As ações serão analisadas para avaliar a elevada incidência de trabalho infantil (Censo/IBGE/ 2010).

E as ações que são desenvolvidas pelo município de Arroio do Tigre –RS cuja a gestão está com a Secretaria Municipal de Assistência Social com a parceria de toda rede municipal que inclui as Secretarias Municipais da Saúde, Educação o Conselho Tutelar, Ministério Público do Trabalho, e ARISE, podem ser vistas no quadro a seguir.

Figura 7 - Ações desenvolvidas rede municipal de Prevenção ao Trabalho Infantil

A gestão municipal/distrital coordena o PETI em seu âmbito e desenvolve as seguintes ações:

- Promove articulação, sensibilização e mobilização dos diversos setores do governo e da sociedade, no âmbito municipal/distrital;
- Constitui comissão ou grupo de trabalho intersetorial com a finalidade de planejar, acompanhar a execução e monitorar as ações de enfrentamento do trabalho infantil;
- Elabora diagnóstico das situações de trabalho infantil;
- Desenvolve campanhas de prevenção e combate ao trabalho infantil nos territórios;
- Desenvolve plano de enfrentamento ao trabalho infantil;
- Orienta a execução dos serviços, programas e projetos da proteção social especial e da proteção social básica para atendimento dos casos de trabalho infantil;
- Realiza monitoramento e avaliação das ações de enfrentamento ao trabalho infantil;
- Realiza capacitação dos trabalhadores do SUAS e da intersetorialidade que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil;
- Acompanha o registro das situações de trabalho infantil no Cadastro Único e nos sistemas pertinentes ao PETI (sistemas da Rede SUAS: SIMPETI, SISC e outros), monitora e avalia o Programa e sua esfera.
- Busca soluções regionais e interssetoriais, em conjunto com o Estado, para as formas de trabalho infantil que necessitem de intervenções regionalizadas.

Fonte: Caderno de Orientação Técnica - MDS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação dos efeitos da adesão de Arroio do Tigre - RS a programas de combate ao trabalho infantil para crianças e adolescentes e seus beneficiários, com a incorporação de direitos sociais, a quebra de paradigmas e a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente além da “...violação histórica de direitos das crianças e do adolescente, a exploração do trabalho infantil ainda se apresenta como modalidade persistente, apesar dos avanços dos indicadores de desenvolvimento humano e social verificados nas últimas décadas.” (Souza, 2016 p.241).

Contudo a noção de accountability para governantes os responsabiliza na boa gestão das verbas públicas. Estas devem ser bem geridas para ampliar a participação popular na gestão de recursos, com vistas a interromper o ciclo de trabalho que se perpetua nas famílias.

Sendo o problema de pesquisa definido como quais as consequências da adesão aos programas de combate ao trabalho infantil para crianças e adolescentes, apontam-se os resultados a seguir.

Respondendo aos objetivos levantadas considera-se confirmado o objetivo de: Consolidar informações a respeito da adesão de Arroio do Tigre - RS aos programas beneficiou aproximadamente 460 famílias no ano de 2019. No perfil da saúde foram 362 famílias acompanhadas na pesagem e vacinação e no perfil da educação 545 crianças/jovens acompanhados em sua frequência escolar.

Por outro lado o objetivo de identificar se há correlação entre esta adesão e os indicadores de trabalho infantil foi confirmada: crianças/jovens que participam de programas/projetos oferecidos pela rede (escola/ARISE/projetos assistenciais) saíram da situação de trabalho.

No terceiro objetivo para identificar situações de trabalho infantil, através de busca ativa observei que ela sozinha não é suficiente pois ainda temos um total de 13 famílias em situação de suspensão (período de setembro de 2018) a busca ativa sozinha não tem a capacidade de erradicar o trabalho infantil.

O quarto e último objetivo de descrever a situação atual de trabalho infantil, através de estatísticas e acidentes de trabalho no município de Arroio do Tigre – RS traz bons resultados tendo em vista que de 2013 a 2019 tivemos apenas 04 casos de acidentes de trabalho notificados. de 2013 a 2015 foram 03 casos e de 2016 a 2018 apenas 01 caso foi notificado.

Considerando os dados encontrados, visualiza-se um novo olhar na sociedade, principalmente para pais, professores e comunidade culturalmente marcada pelo trabalho

infantil principalmente na zona rural, onde as crianças precisam trabalhar desde cedo para serem adultos responsáveis.

Conclui-se portanto que a situação de trabalho infantil comprovadamente não traz nenhum benefício, pelo contrário, traz prejuízos irreparáveis a saúde física e mental, “roubando-lhes” a infância e oportunidade de serem adultos saudáveis e bem sucedidos.

REFERÊNCIAS

AYRES, J. R. C. M. **Adolescence and Aids: evaluation of a preventive education experience among peers**, Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.7, n.12, p.113-28, 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v7n12/v7n12a08.pdf> Acesso 02/02/29019

AVANCINI, Maria Marta **Programa ARISE em Arroio do Tigre – RS / Brasil** (2014) Disponível em <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/americas/---ro-lima/-ilo-brasilia/documents/publication/wcms432871.pdf> Acesso: 18/06/2018

Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2018.

COMISSÃO do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do DF. **Fluxo de atendimento - proteção à criança e ao adolescente em situação de trabalho infantil no Distrito Federal 2013**. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/fluxo.pdf> Acesso: 20/06/2018

COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador 2011**, pg. 12. Disponível em: http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi_intervencion/brasil_plan_nacional_de_promocion_proteccion_y_defensa_1.pdf Acesso: 28/01/2019

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. HEIDEMANN, Francisco; SALM, José Francisco (orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 2 ed. Brasília: Ed. UnB, 2010. In: p. 99-128

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso: 03/01/2019

Gil, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>

GOMES, Martina Pereira. **O Estado da arte do trabalho infanto-juvenil nas universidades do Estado do Rio Grande do Sul**, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em janeiro de 2013 (Orientadora: Profª. Drª Laura Souza Fonseca). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70614/000878267.pdf?sequence=1> Acesso: 11/06/2018

GUARESCHI, Neuza M. F. et al . **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo**. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro , v. 7, n. 1, jun. 2007 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100003&lng=pt&nrm=iso . Acessos em 02 fev. 2019.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/23226?localidade1=430120&tipo=ranking> Acesso: 11/06/2018

IPEA - **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : Ipea, 2018. v. 1 (192 p.)

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/lcis/L8069.htm> Acesso: 14/07/2018

Ministério do Desenvolvimento Social/Bolsa Família - disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> acesso em 27/12/2018

MARCONI, Marina de Andrade LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india Acesso: 07/01/2018

NOBRE, Letícia Coelho da Costa **Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde** disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2003.v8n4/963-971/pt> Acesso: 07/01/2018

OIT **Organização Internacional do Trabalho** dados disponíveis em <http://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm> Acesso: 18/06/2018

Programa Bolsa Família -Governo Federal –disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> Acesso em 20/12/2018

Portal do ministério da saúde disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/colunas/o-ministerio-da-saude-nas-acoes-de-prevencao-erradicacao-do-trabalho-infantil/> Acesso em 07/04/2019

Rede Peteca Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/consequencias/> acesso em 20/03/2019

RUA, Maria das Graças 2010, **Avaliação de Políticas, Programas e Projetos: Notas Introdutórias (versão atualizada em 2010)** disponível em: https://jacksondetoni.files.wordpress.com/2014/05/texto-apoio-05-_grac3a7as-rua.pdf. Acesso 28/02/2019

SAUERBRONN Selma **Políticas públicas e a proteção integral à criança e ao adolescente, com enfoque no Distrito Federal**. Disponível em <http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Publicacoes/ArtigoPolíticas Publicas para a Infancia Juventude.pdf> Acesso: 20/06/2018

SOUZA, Ismael Francisco de. **O reordenamento do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI): estratégias para concretização de políticas públicas socioassistenciais**

para crianças e adolescentes no Brasil, 2016 disponível em: <https://repositorio.unisc.br/js-pui/bitstream/11624/1304/1/Ismael%20Francisco%20de%20Souza.pdf> Acesso: 11/06/2018

Valdinei Santos de Aguiar Junior¹, Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos. **Infância, trabalho e saúde: reflexões sobre o discurso oficial de proibição do trabalho infantil** Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2017.v41nspe2/25-38/pt> Acesso 07/01/2019

ZADRA, Carmen Cristina Pereira Silva **Trabalho infantil: contextualização e análise comparativa das avaliações do programa De erradicação do trabalho infantil – PETI** Curitiba 2008 Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/Teses%20Doutorado/Carmen%20Cristina%20Pereira%20Silva%20Zadra.pdf> acesso 14/09/2018